



19º Fórum ABAG

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E EVENTOS EXTREMOS



ABERTURA

Carlo Lovatelli*

Desde o nosso 7º Congresso Brasileiro do Agronegócio, colocamos em nossa agenda a questão das mudanças climáticas. Muitos dos senhores acompanharam como esse acontecimento ocorreu. Trouxemos a sociedade civil organizada, as ONGs, a academia científica, o governo e as empresas para compartilhar melhor a nossa visão coletiva sobre um assunto tão delicado para o agronegócio.

Temos aprendido e estamos aprendendo bastante de lá para cá. Em nossa proposta endereçada aos presidentiáveis neste ano, focamos muito sobre a importância das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Fizemos recomendações e registramos estratégias para fomentar a Agricultura de Baixo Carbono, o chamado ABC.

Podem ter certeza que pretendemos e redobramos esforços para acompanhar e cobrar os seis pilares das nossas propostas ao próximo governo, cuja gestão começa agora em 2011 e vai até 2014.

Quanto a esse 19º Fórum Abag, o tema escolhido é praticamente um desdobramento das consequências dos fenômenos ligados às mudanças globais no clima, os eventos climáticos, que podem acontecer na forma de enchentes, secas prolongadas, ondas de calor, tufões e tornados. Em muitos casos, é possível prever a probabilidade e as localizações geográficas onde os eventos extremos podem ocorrer. O

problema é que, em função das mudanças climáticas provocadas pelo homem, a sua frequência e a sua intensidade aumentaram.

Vejam os fenômenos ocorridos nesses últimos dezoito meses: monções na Índia, afetando a produção de açúcar; seca no Leste Europeu, quebrando a produção de trigo; inundação no Paquistão, reduzindo a oferta de arroz; seca no Canadá, diminuindo a colheita de grãos; a China, no ano passado, depois de mais cem dias de seca, comemorou com tiros de canhão a primeira chuva que caiu sobre Pequim. Os sinais, portanto, estão sendo anunciados.

Como exemplo recente e marcante de evento climático extremo, temos a devastação provocada pelo Furacão Katrina, ocorrida em New Orleans, nos Estados Unidos, em agosto de 2005. Esse foi um episódio traumático que permanecerá vivo na memória das pessoas durante anos. Tudo isso ocorreu apesar de a região ser estratégica para o escoamento da gigantesca produção agropecuária do meio oeste dos Estados Unidos. E, portanto, contar com um sistema de produção que existe em poucos lugares do mundo.

Felizmente, New Orleans renasceu, estando prestes a aumentar ainda mais o seu sistema de proteção. O Congresso norte-



Carlo Lovatelli

americano autorizou a construção ao redor da cidade de um anel de 560 quilômetros de diques, paredes, portões e bombas contra enchentes, que deverá defendê-la contra qualquer tipo de inundação em 99% dos casos prováveis de acontecerem.

A relação das mudanças climáticas globais com a ocorrência de eventos climáticos extremos constitui prioridade nos estudos da comunidade científica brasileira e internacional. Com as suas forças e maior poder de destruição, os eventos extremos podem atingir pontos sensíveis e localizados nas cadeias produtivas do agronegócio, como estradas, pontes, armazéns, indústrias e portos, dentre outros. Diante dessa realidade, os agentes do agronegócio, sejam do Brasil e do estrangeiro, terão de se desdobrar para sustentarem com eficiência operacional o escoamento e o abastecimento da crescente produção agropecuária.

Novidades certamente aparecerão nesse cenário. O mercado de crédito e seguro tenderá a responder com produtos que estimulam a adoção de melhores práticas com relação à mudança climática, a redução das emissões de gases de efeito estufa e projetos de energia alternativa renováveis.

Aqui, no Brasil, plantamos a safra de verão 2010/11 com atraso, por falta de umidade no solo. Tivemos uma estação de inverno prolongada, com ausência de chuva e baixa umidade relativa do ar. Os eventos contribuíram para um grande aumento dos focos de queimada sobre o Brasil que, de janeiro a agosto, atingiu 41,6 mil focos, um aumento de 134% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o satélite de referência do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). As áreas atingidas estão espalhadas em diversos Estados, inclusive nas unidades de conservação, com

prejuízos de monta em muitos estabelecimentos rurais. Sabemos que é difícil fazer o controle disso, mas teremos de estabelecer ações pré-ativas para evitar a ocorrência desses desastres.

Este 19º Fórum é pioneiro no tratamento dos impactos ocasionados pelos eventos climáticos extremos para o agronegócio. Temos certeza que desfrutaremos de momentos frutíferos para engrossarmos nossa massa crítica sobre esse relevante tema. Vamos aos trabalhos.

*Presidente da Abag

REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO DE CATÁSTROFE

Max Thiermann*

Temos duas visões. A primeira, a de o agronegócio ser um grande negócio para se estabelecer no Brasil. Segunda, a de lidar com o seguro agrícola, especialmente para o fazendeiro, empresário agrícola, que confia mais nas técnicas da administração, na institucionalidade e que seria um bom comprador de seguros. A Allianz ampliou as suas atividades para o seguro de safra, na qual hoje, depois da fusão da Mapfre com a BB Seguros, é a segunda companhia do mercado, longe da primeira, mas fazendo a sua parte.

Apesar de as oscilações de preços, juros, câmbio etc. serem temas mais de mercado capital, o agronegócio lida com essas preocupações. O seguro rural no Brasil retomou em 2004 basicamente na cobertura de riscos climáticos. São as chuvas excessivas, geadas, granizo, incêndios derivados normalmente de secas, raios, variação excessiva de temperatura e ventos. Numa segunda fase, esperamos que ele cubra perigos, como pragas e doenças.

Esse desenvolvimento precisa ser passo a passo. Não podemos abocanhar tudo desde o início. Muitas experiências não deram certo no seguro agrícola brasileiro e, por falta de sustentabilidade, perderam continuidade. Na atual fase, estamos no reinício do zero novamente. Outros países conseguem uma evolução permanente, com aperfeiçoamento ao longo de décadas, como Canadá, México, Estados Unidos e Espanha. Não conheço muito os mercados asiáticos, mas também sei que alguns deles são fortes.

Ao servir de proteção contra perdas decorrentes de fenômenos climáticos, o seguro rural oferece estabilidade econômica ao produtor. Com isso, mitiga também os riscos de inadimplência para as instituições financeiras e guarda o bom nome e crédito dos empresários agrícolas. Do mesmo modo, assegura a geração de emprego no campo e ajuda o desenvolvimento de novas tecnologias. Alicerce fundamental para o agronegócio aqui no Brasil e no mundo inteiro, a inovação também precisa de financiamento e fluxo certo de ingresso para o agricultor se manter na vanguarda tecnológica.

As modalidades básicas mais desenvolvidas no Brasil são o seguro agrícola, basicamente as safras de grãos e forragens. O se-



Max Thiermann

guro de floresta, que antigamente estava incluso nas coberturas da própria terra das empresas de celulose e papel, hoje em dia, após a abertura do resseguro, é uma especialização à parte. O seu potencial é enorme com o desenvolvimento do *carbon trading*.

Enquanto o seguro agrícola está bem no início, o da pecuária basicamente cobre reprodutores e conta agora com uma companhia para fazer cobertura de rebanhos em algumas regiões do País.

O seguro rural apresenta uma evolução espetacular, de quase nada, em 2005, para R\$ 450 milhões de prêmio em 2009. Essa expansão decorreu graças, principalmente, à subvenção agrícola, a subvenção ao seguro agrícola, que banca quase metade do prêmio. São 73 mil apólices para a área segurada de 6,5 milhões de hectares, mais ou menos são 10% da área segurável.

Neste ano, embora a subvenção tenha caído em termos orçamentários, o prêmio não cairá com a consciência da necessidade do seguro, que conta com o apoio dos bancos e os financiadores de créditos agrícolas. A demanda de subvenção para 2011 é de R\$ 660 milhões. Lógico, temos clareza da que não será completamente atendida, mas é a demanda existente.

A necessidade do seguro agrícola foi um dos grandes impulsionadores da abertura do resseguro e o fim do monopólio estatal do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em 2008, que vinha em discussão há mais de dez anos. O IRB nunca fez seguro agrícola, e não era esse o momento para começar. A abertura para os mercados internacionais de resseguros,

mesmo sendo um passo necessário, aconteceu justamente por causa do seguro agrícola.

Para a safra 2010/11, a tendência é de seca, por causa do fenômeno *La Niña* no interior dos Estados de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e em parte do Mato Grosso. São eventos de risco para se preocupar. Existem os modelos matemáticos, e o Inpe está fazendo essa advertência. A maior frequência de eventos é de grande porte. Se as chuvas exageradas ou secas sempre existiram, agora temos atividades econômicas em muitas regiões sem históricos confiáveis de eventos.

Com essa junção de atividade econômica e eventos climáticos, a indústria do seguro sabe lidar e ajuda com pagamentos contra os eventos catastróficos, como aquele de Santa Catarina, que custou mais de US\$ 250 milhões de dólares, quase todos pagos nos momentos oportunos. Também pagamos sinistros oito meses depois, principalmente em decorrência da necessidade de aferir perdas por paralisação do Porto de Itajaí. Então, ficou um prazo para ser coberto pela apólice e outro para o processo de liquidação.

O seguro rural também tem de se preocupar com essa parte catastrófica da concorrência de um ou vários eventos. A catástrofe é quando um único evento atinge centenas ou milhares de segurados. No País, acontecem vários desses eventos ao longo do ano. A indústria do seguro, incluindo o resseguro, pode não ter capacidade para atender a tudo.

No caso específico do seguro agrícola, o seguro catastrófico, em muitos lugares do mundo, possui o ressegurador de última instância, normalmente chamado Fundo de Estabilização de Seguro Rural.

A lei foi sancionada em agosto de 2010, e estes anos no início da fase de regulamentação. Mesmo complexo, o processo deve ser feito sem morosidade. Como as mudanças climáticas e os sinistros não esperam, temos de chegar rápido.

Basicamente, está definido como uma Parceria Público-Privada para garantir que as empresas seguradoras e resseguradoras tenham uma cobertura suplementar. É provável que a questão de maior tempo de negociação seja a definição do conceito de catástrofe. O objetivo é garantir a liquidação dos sinistros decorrentes de catástrofes com maior rapidez e solvência, diferentemente daquilo feito no sistema anterior de seguro agrícola.

A União definiu que pode participar com até R\$ 4 bilhões. Mas como só podem ser comprometidos aportes anuais, não há garantia de perenidade desse financiamento.

O Fundo de Catástrofe, quando implantado, permitirá mais desenvolvimento do seguro agrícola no Brasil, talvez sem chegar no meio prazo a 100% de cobertura, mas superados os 50% de cobertura. Se beneficiar trezentos mil produtores, 60% da superfície cultivada estarão cobertos. Obrigado.

*Presidente da Allianz Seguro S.A. e Allianz Saúde

PREVENÇÃO DE DESASTRES

Harold E. Doley, III*

O Estado da Louisiana foi fundado em 1718 pelos franceses. A sua história esteve sob as regras da França, Espanha e Grã-Bretanha. Fez parte dos Estados confederados do Sul na Guerra Civil



Americana. Após a derrota de Napoleão Bonaparte, em 1803, no Haiti, os Estados Unidos fizeram a sua aquisição descrita na chamada “Compra da Louisiana”.

No espaço chamado de Congo Square, em New Orleans, nasceu o *jazz*, uma mistura de ritmos africanos com a música clássica europeia. Louisiana, que teve um governador afro-descendente em 1872, muito antes de Barack Obama, sofre a influência das culturas de todo o mundo, inclusive do Brasil. Há aproximadamente três mil brasileiros na cidade, basicamente especializada em artesanatos, carpintaria e comércio.

Depois dos falantes de espanhol, aqueles que falam o português, principalmente os brasileiros, tornaram-se a segunda maior população em New Orleans, após o furacão Katrina, em 2005. A cidade abraça o Consulado Honorário do Brasil e duas grandes universidades conhecidas pelo Programa de Estudos Latino-Americanos, com especialidade em estudos brasileiros. Existem os membros do Conselho de Estudos Brasileiros, que organizaram o IX Congresso de Estudos Brasileiros, em março de 2008. Um dos pontos mais divertidos na noite é o Café Brasil.

Na economia da Louisiana, as três principais indústrias são as petroquímicas, a agricultura e o turismo. Trata-se do terceiro maior produtor de petróleo e o segundo maior produtor de gás natural dos EUA. No Golfo do México, próximo à costa da Louisiana, fica o único e grande porto da Deepwater, para o embarque e desembarque de petróleo, conhecido como Loop – Louisiana Offshore Oil Port. Louisiana possui a maior concentração de refinarias de petróleo bruto, processamento natural de plantas e produtos petroquímicos no Hemisfério Ocidental. Em vias navegáveis conta com cinco mil milhas e representa 41% das zonas úmidas nos EUA.

O desaparecimento das zonas úmidas em ritmo alarmante causa a eliminação da proteção natural contra furacões. Como parte do argumento das mudanças climáticas, os furacões são perigosos e devastadores. O Rio Mississippi, que drena 31 Estados americanos, corre até New Orleans e para o restante do mundo; faz de New Orleans uma cidade estrategicamente importante. Cerca de 40% das exportações de grãos dos EUA passam pelo porto de Louisiana.

A indústria da pesca comercial em Louisiana rende US\$ 2,5 bilhões por ano. Um terço dos frutos do mar consumidos nos EUA é pescado em suas águas. Na pimenta tabasco, é a única fonte fornecedora. A silvicultura é a principal indústria estadual, com 13,9 milhões de hectares de florestas no Estado, mas existem outras culturas como arroz, milho, cana-de-açúcar e soja, além da pecuária de bovinos.

O Rio Mississippi, que flui do porto de New Orleans e vai até o centro dos EUA, passa por Mississippi, Arkansas, Tennessee, Missouri, Kentucky, Illinois, Indiana, Wisconsin, Michigan, Minnesota, entre outros. Na verdade, a parte central dos EUA, em toda sua extensão da costa leste e o oeste do Texas, está conectada por sistema de rodovias e hidrovias.

Quanto ao impacto do Katrina, em 29 de agosto de 2005, como receberam a parte de trás do furacão, parecia que Louisiana e New Orleans tinham escapado da sua fúria. Somente no dia seguinte apareceram os relatórios sobre falhas nos diques protetores da cidade, já que estamos abaixo do nível do mar.

A principal contribuição para o Katrina foi o canal chamado Mississippi River Gulf Outlet, cujo acrônimo é MRGO, cavado e concluído em 1960, que serve como um atalho do Rio Mississippi para o Golfo do México. A concentração alta de água salgada do Golfo em direção ao Rio Mississippi minou o sistema de drenagem do canal, do qual New Orleans utiliza-se para bombear a água para o lago no lado oposto da cidade.

As pesquisas da tempestade apontaram uma construção precária dos diques, com estacas de aço e paredes de concreto no topo. Quando a fundação sob o aço cedeu, houve a quebra dos diques em vários lugares. Foi assim que a 35ª maior cidade dos EUA, de 437 mil habitantes, ficou com 80% de seu território submersos.

O Katrina começou como um desastre natural e rapidamente evoluiu para uma catástrofe humana. A estimativa de mortos em Louisiana era de 1.100 pessoas, com outros 231 desaparecidos

no Mississippi. Os números são superiores a estes e difíceis de calcular, porque as pessoas sucumbiram com várias doenças. New Orleans ficou conhecida universalmente como o epítome de uma falha organizacional. Todos os níveis de governos falharam na resposta ao Katrina, desde a Casa Branca até o Congresso, o Estado, a cidade de New Orleans etc. Ninguém estava preparado para responder de forma apropriada. Logo, o governo falhou em seu mais importante papel: proteger os seus cidadãos.

Existe uma previsão de que, até 2040, uma área acima do Estado de Rhode Island desaparecerá da costa da Louisiana em razão do desaparecimento das zonas úmidas. O Estado de Louisiana fez um acordo com o Governo Federal pelos *royalties* dos correspondentes da locação das plataformas de petróleo.

Em 2008, houve um grande derramamento de petróleo no Rio Mississippi. Isso teve impacto em todo o tráfego do rio, detendo navios de carvão, grãos e óleo. Este ano houve o derramamento da British Petroleum, em abril, quando a torre petrolífera Deepwater explodiu e matou diversos trabalhadores. Estima-se que 4,9 milhões de barris de petróleo vazaram no Golfo do México.

Em Louisiana, devido à perda de receita, a relação dos pescadores com a indústria de petróleo é bem delicada. Há um festival para celebrar, ao mesmo tempo, o petróleo e os frutos do mar no Estado da Louisiana.

Em agosto deste ano, tivemos a celebração dos cinco anos do furacão Katrina. Houve uma Conferência promovida em New Orleans pelo Instituto Terra e o Centro Nacional para Prevenção de Desastres, ambos localizados na moderna Universidade de Colúmbia. Aqui estão alguns resultados: o Golfo do México e o Caribe compõem o mesmo ecossistema, a importância econômica da Louisiana para o mundo recai sobre nossa frota de navegação, o abastecimento de energia e de alimentos, o ecossistema, a cultura e o turismo.

Os próximos passos no processo são o crescimento inteligente e a criação de sistemas de energia sustentável, prevenção de desastres e educação pública, para melhor preparação do futuro.

Obrigado.

*Sócio e cofundador do Grupo Lugano Incorporated

INVESTIR EM FATORES INTENSIVOS

Sérgio Trindade*

Lendo os documentos da Abag, notei que a sustentabilidade é um fio condutor importante para a entidade pensar e discutir. O crescimento do agronegócio brasileiro foi e tem sido até baseado em questões de fatores extensivos, ou seja, abundância de terra, mão de obra, água etc. Mas, com a evolução do tempo, as economias se diversificam e as demandas também se acentuam. Por isso, o agronegócio brasileiro precisa cada vez mais investir em fatores intensivos.



Sérgio Trindade

É importante pensar e agir em termos de mitigação e adaptação a eventos extremos, com políticas nacionais consistentes com o meio ambiente. Como não convém brigar, pelo menos em público, é necessário se acertar, para que haja uma política de referência para todos.

No âmbito global, há um conjunto de restrições impostas ao agronegócio brasileiro, do lado da demanda. A Europa, com uma consciência ambiental grande, introduz as certificações para garantir a produção e o consumo sustentável.

Quando se fala em eventos extremos, é bom defini-los como essencialmente climáticos, mas no que se refere à totalidade deles, temos acidentes nucleares, terremotos, *tsunamis*, vazamentos de petróleo, furacões e, por exemplo, as inundações que aconteceram em Itajaí, no Brasil.

Como pano de fundo dos desastres naturais, recomendo a leitura de um documento recente, publicado pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial, chamado *National Hazards and National Disasters, The Economics of Effective Prevention*. O seu texto trata dos fenômenos inevitáveis, como os chamados efeitos extremos climáticos, com o risco do aumento da sua frequência acentuado pela mudança climática.

A questão é de que pode haver eventos extremos e não haver catástrofes, desde que haja preparação. A inabilidade de lidar com a gestão de risco é causadora de prejuízo. No negócio de seguro, é importante o investimento na mitigação e adaptação para o consumidor pagar prêmio menor e a seguradora desembolsar menos.

Como não será *business as usual*, o futuro do agronegócio apresentará modelos de negócio para responder a essa realidade

dos eventos extremos. Há essa questão das emissões de carbono e há oportunidades de novos produtos e serviços.

Em dezembro do ano passado, a Conferência das Partes nº 15 do Quadro de Convenção do Clima não respondeu às expectativas. Mas lá estiveram presentes as empresas de auditoria e contabilidade, para mostrar padrões de relatórios financeiros que refletissem os riscos da atividade e dos fenômenos climáticos, como ferramenta estratégica de decisões de negócio.

Existe um consórcio de sustentabilidade na *web* para pesquisar impactos ao longo da cadeia produtiva e da vida do produto e comunicar aos seus membros, que são empresas conhecidas mundialmente.

A Abag se prepara para o futuro, por exemplo, quando faz a chamada Aliança Brasileira pelo Clima (ABC), com as organizações das cadeias representantes de quase 30% da energia e 16% das exportações brasileiras. A sua mensagem é de que o futuro pertencerá às economias de baixa emissão de carbono, com papel-chave para ser cumprido pelo Brasil.

Para se ter uma ideia da gravidade do problema, conforme a hipótese considerada para a temperatura, as emissões de CO₂ medidas em bilhões de toneladas métricas variam. Neste ano, estamos emitindo 50 bilhões de toneladas de carbono. Um aumento de temperatura na faixa dos 5 graus centígrados resulta no desaparecimento da maior parte das espécies conhecidas.

O reflexo disso sobre os impactos na cadeia produtiva é de aumento na temperatura dos oceanos, do ar e da terra. Isso leva a eventos extremos. A fusão do gelo polar no Ártico e no Antártico eleva o nível do mar. O alagamento permanente de muitas áreas costeiras destrói a infraestrutura de transportes, terminais portuários, agricultura litorânea e os habitats humanos.

As projeções à base de modelos indicam que podemos elevar de um a dois metros o nível médio do mar até 2100. Isso provocará o desaparecimento de um grande número de países insulares. A cidade de New Orleans desaparecerá. A mudança do clima alterará a localização geográfica da agricultura e a competitividade do agronegócio. Ao mesmo tempo, afetará a interdependência dos elos da cadeia produtiva.

Esse cenário promove fatos graves como, por exemplo, o deslocamento de populações e conflitos econômicos, políticos e militares. A população de encosta terá de ser recolocada para lugares mais seguros, mas esse processo, se generalizado, fica perigoso para a própria espécie humana.

As possibilidades de crescimento no futuro passam pela valorização dos fatores intensivos que resultem em maior controle sobre o negócio. Isso significa investir cada vez mais na preparação, adaptação e mitigação dos efeitos extremos causados pelo clima. A migração da *commodity* para valor agregado, em nichos de mercados, precisará investir mais em fatores de

adaptação e antecipação dos desafios. É o caso particular dos eventos extremos com as mudanças climáticas. Obrigado.

*Consultor internacional em meio ambiente, energia e negócios baseados em tecnologia

COMENTÁRIOS

CONCILIAR OBJETIVOS DÍSPARES

Edilson Guimarães*

É complicado e difícil para o governo juntar os interesses e os problemas da produção e o meio ambiente. Essa discussão envolve dois objetivos aparentemente díspares. Existe a necessidade de aumentar a produção de alimentos quando se olha o processo de queda nos estoques mundiais



Edilson Guimarães

dos principais produtos. O Brasil é um dos países com a possibilidade de fornecer alimento. Mas é preciso usar melhor os recursos, até porque necessitaremos deles, não só agora, mas no futuro.

No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a obrigação de propor e de regulamentar as políticas de financiamento e seguro, procuramos conciliar as posições, mas existe radicalismo. Temos incentivado as práticas conservacionistas no plano agrícola deste ano, com o lançamento do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Incentivamos o uso de áreas

degradadas, usadas no passado, principalmente com pecuária, que foram abandonadas e precisam de recuperação.

Do lado do seguro, estamos com um desafio de regulamentar o Fundo de Catástrofe. Trata-se da terceira perna que falta para termos realmente um seguro agrícola regulamentado no Brasil. A primeira perna era a subvenção, aprovada em lei e regulamentada, em funcionamento. A segunda perna seria a abertura do mercado de resseguro, pois tínhamos no passado só uma resseguradora. Para o seguro rural é importantíssimo o resseguro: do risco, 90% ficam com o seguro agrícola e 10% com a resseguradora.

*Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

VIABILIZAR OS TRÊS PILARES

Alexandre Figliorino*

Sempre defendemos a tese de operar o crédito agrícola da forma mais semelhante possível a outro crédito qualquer dos existentes no mercado, ainda mais na fase atual de estabilidade vivida pelo País. Assistimos a uma explosão fantástica de crédito habitacional, um verdadeiro *boom*, com crescimento muito grande e positivo das construções no Brasil. Vemos também um aumento forte do crédito de consumo: grande parte da produção brasileira anual de três milhões de automóveis ocorre graças ao crédito. E podemos ter a mesma revolução na agricultura se o crédito rural contar com mais segurança do que no passado. E, nesse processo, o seguro agrícola é um pilar fundamental, em razão dos riscos inerentes à atividade.

Mas é preciso construir os pilares para existir de fato uma política de seguro agrícola no Brasil que atraia o setor privado para operar o seguro agrícola semelhante ao seguro de qualquer outra atividade empresarial. Pela primeira vez, de uns anos para cá, realmente os passos foram dados de forma muito consistente em cima dos três pilares: crédito, seguro e fundo de catástrofe.

A questão do seguro sempre carregou o problema pelo fato de o prêmio sempre ser muito caro, com a tendência de fazer uma seleção negativa, na medida em que só atrai aqueles agricultores de maior risco, o que para uma carteira de seguradora é desastroso. Era mais ou menos como se uma seguradora de automóveis, por exemplo, só atraísse jovens recém-habilitados e não pessoas de média idade, de menor sinistralidade. Então, essa capacidade de não fazer uma seleção negativa na carteira de seguros é muito importante.

O Fundo de Catástrofe é fundamental. O maior pavor da seguradora é o risco sistêmico, aquele que atinge a todos. Isso quebra a seguradora. O desempenho da Companhia



de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp), na década de 80, vinha muito bem por anos seguidos, até que uma catástrofe climática levou o seu lucro acumulado no período. A Cosesp vinha com pequenos lucros, mas, de repente, um desastre foi fatal. Isso as seguradoras têm receio. Pela primeira vez, temos a chance de realmente funcionar o Fundo de Catástrofe.

Os números do seguro rural mostram bom desempenho a partir de 2005. O fato de a cobertura do seguro chegar a 10% da área plantada era impensável no passado. Essa evolução positiva melhorará com o Fundo de Catástrofe e o Zoneamento Agrícola. A construção de bases estatísticas por microrregião permitirá às seguradoras dimensionarem com mais precisão o risco da atividade agrícola. Isso ajudará em muito o financiamento privado ao setor agrícola.

Com relação aos fenômenos climáticos mundiais, a imagem da agricultura brasileira está arranhada em matéria ambiental. Sabemos a razão: somos vítimas da nossa competitividade, e isso provoca reação nos inimigos da agricultura brasileira. Somos da opinião de que é do limão que se faz a limonada. Podemos transformar o agronegócio brasileiro no mais sustentável do planeta. Essas evoluções são observadas na cana-de-açúcar, na redução da área de queimada e a mecanização de colheita, na integração floresta, pastagem e grãos, no sistema plantio direto etc. Falta, efetivamente, chegarmos a bom termo na Lei do Código Florestal Ambiental, com melhor harmonia entre ambientalistas e o agronegócio.

*Diretor da Abag e do Itaú BBA